

Brasil e bancos assinam acordo da dívida

HELOISA VILLELA
Correspondente

NOVA YORK — Foram dez meses e meio de propostas e contrapropostas e uma noite inteira de negociações para se chegar, às 6h de ontem (horário de Brasília), a um acordo em princípio de reescalonamento da dívida de médio e longo prazo do Brasil com os bancos comerciais. O economista Pedro Malan, chefe da equipe brasileira, anunciou a conclusão da primeira fase do trabalho e informou, ao meio-dia, que o país conseguiu uma redução de até 35% do principal do débito, ou quase US\$ 14 bilhões dos US\$ 44 bilhões devidos aos bancos privados. A negociação, que começou em 21 de agosto do ano passado, deve ser concluída apenas em fevereiro ou março do ano que vem.

O entendimento assinado ontem precisa, ainda, ser transformado em documento completo (**term sheet**) e ser apresentado ao Congresso para aprovação. Circulará depois entre os bancos credores (cerca de 300) para poder entrar em vigor.

Mas o acordo cobre todos os pontos importantes do entendimento que serão especificados no **term sheet**. Malan justificou a demora do processo explicando que o Brasil negociou, pela

primeira vez, redução do débito e ainda inovou em relação às negociações de outros países da América Latina. Ao contrário do México, por exemplo, o Brasil não vai depositar o volume total de garantias na hora de assinar o documento. O país se compromete apenas a desembolsar um volume equivalente ao montante de dinheiro novo que vai receber das instituições multilaterais e dos próprios credores.

No comunicado conjunto divulgado pelo Comitê Assessor dos Bancos credores, o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, afirma que, "regularizando o relacionamento com os bancos comerciais, o país terá melhores condições de acesso ao mercado de capitais internacional". Rhodes, que é presidente do comitê, destacou ainda que o acordo brasileiro encerra dez anos da crise da dívida externa das maiores economias latino-americanas, que eclodiu em agosto de 82.

Enquanto o acordo não for aprovado pelo Congresso, o Brasil continuará pagando apenas 30% dos juros devidos, como vem fazendo desde o fim de 1991. Após a aprovação, o pagamento passará a 50%. A diferença entre o que o país está pagando e o que deveria pagar será transformada em bônus, para pagamento posterior.



Malan: país reescalou o débito em melhores condições do que o México